

São José/SC, 19 de julho de 2024.

AO ILUSTRE SR. PREGOEIRO DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA - MG

LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA., devidamente qualificada nos autos do processo licitatório em epígrafe, por seus procuradores que ao final subscrevem, vem apresentar **ESCLARECIMENTO**, sobre a utilização dos percentuais de PIS e COFINS em sua proposta, pelos fatos e fundamentos a seguir:

I – DOS FATOS

1. Em razão da participação no referido pregão, esta Licitante apresenta esclarecimento nos seguintes termos:

CONSIDERANDO decisão judicial supracitada do ano de 2012;

CONSIDERANDO que a DCTF da Receita Federal acostada aos autos (segue em anexo), comp. 04/2024, informa que o regime de apuração da contribuição para o PIS/Pasep e/ou da Cofins é o não-cumulativo.

II – DO MÉRITO

II.1 – DO DIREITO AO RECOLHIMENTO DE PIS E COFINS UTILIZANDO-SE AS ALÍQUOTAS DO REGIME CUMULATIVO.

2. É fato incontroverso que a Liderança obteve decisão judicial favorável (Doc. 1) pelo TRF da 4ª Região no processo nº 5008011.63.2010.4.04.7200 (Doc. 2), e o item 7 da redação do acórdão determina que:

“(…) 7. Reconhecido o direito de a impetrante permanecer recolhendo as contribuições pelo regime cumulativo relativamente às suas receitas provindas da prestação de serviços e de compensar os valores pagos a maior.”

3. Apesar do acórdão ter sido publicado no ano de 2012, é fato que o processo ainda não transitou em julgado, conforme se comprova do andamento do mesmo em segunda instância (Doc. 3) e da certidão de inteiro teor (Doc. 4).



4. Vale ressaltar que a Liderança poderia estar utilizando as alíquotas do regime cumulativo desde a publicação do acórdão, ante a natureza mandamental da decisão.

5. Então, ainda que tenha optado por apurar as contribuições para o PIS e COFINS através do regime não cumulativo, é fato incontroverso que a Liderança possui o direito ao recolhimento pelo regime cumulativo, até que o processo se encerre, devendo permanecer com o recolhimento não-cumulativo se o desfecho do processo lhe for desfavorável, ou voltar ao regime cumulativo se do desfecho lhe for favorável.

6. Desta forma, a Liderança esclarece que como a decisão que reconheceu o seu direito de permanecer recolhendo as contribuições pelo regime cumulativo está em plena vigência, este Tribunal deve validar as alíquotas informadas na proposta de 3% para o Cofins e 0,65% para o Pis.

II.2 – DO PEDIDO ALTERNATIVO PARA UTILIZAÇÃO DAS ALÍQUOTAS EFETIVAS.

7. Alternativamente, não sendo este o entendimento deste Órgão, o que se argumenta apenas por amor ao debate, esta empresa informa que está disposta a alterar suas alíquotas da proposta, utilizando-se as alíquotas efetivas conforme planilha em anexo (Doc. 6), que aponta o percentual médio de 1,31% para o PIS e 6,05% para a COFINS.

8. Anexa para fins de comprovação da alíquota média diversos documentos para a consolidação das alíquotas, recibos de EFD e registros fiscais.

III – DOS REQUERIMENTOS

9. Ante todo o exposto, requer-se:

- a) O recebimento da presente manifestação, para fins de validar a proposta e contratação da empresa Liderança utilizando-se das alíquotas do regime cumulativo para o PIS e COFINS.
- b) Alternativamente, seja facultado à empresa Liderança a adequação de sua proposta utilizando-se das alíquotas efetivas médias para fins de apuração das contribuições para o PIS e COFINS;



Nestes termos pede deferimento!



Willian Lopes de Aguiar
Representante Legal